

PERFIL ESTRUTURAL E FUNCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANENCIA DAS CIDADES DE JOÃO PESSOA E CABEDELO – PB

Autor: Janaina da Motta Barbosa; Co-autor: Clarissa Pimentel dos Santos; Co-autor: Monik Giselle Lira Monteiro; Co-autor: Prof^{as} Regina Irene Diaz M. Formiga;; Co-autor: Prof^aDr^aKay Francis Leal Vieira

Centro Universitário de João Pessoa - UNIPE. E-mail: janainab02@hotmail.com

RESUMO

Introdução: O presente estudo investigativo versa sobre a Caracterização das Instituições de Longa Permanência (ILPI) das cidades de João Pessoa e Cabedelo, ambas no estado da Paraíba. Foi estruturado em três dimensões analíticas: a primeira consiste da fase exploratória do campo da pesquisa. A segunda constituiu-se da coleta de dados e a terceira e última apresenta os resultados e discussões da referida pesquisa. **Objetivo:** Traçar um perfil funcional e estrutural das instituições de longa permanência das cidades de João Pessoa e Cabedelo/PB; identificar os recursos humanos e a dinâmica institucional de atendimento existente e investigar as condições físicas dessas instituições. **Método:** Pesquisa de campo com delineamento qualitativo. A população do referido estudo constitui-se das ILPIs cadastradas no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (PB). A amostra foi de oito instituições localizadas nas cidades de João Pessoa e Cabedelo, sendo seis em João Pessoa e duas em Cabedelo. A pesquisa ocorreu entre os meses de agosto de 2013 à junho de 2014. Como instrumento para coleta dos dados foi utilizado uma entrevista semi estruturada, tendo como modelo o Relatório de Inspeção a Instituições de Longa Permanência para Idosos

elaborado pela Ordem dos advogados do Brasil (OAB) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicado em 2008. **Resultados:** Os dados levantados nas ILPIs pesquisadas revelam que todas foram fundadas através de iniciativa privada e de cunho filantrópico. Quanto a manutenção destas instituições, todas tem como fonte 70% da renda das pessoas idosas residentes com aposentadoria, pensão ou o benefício de prestação continuada (BPC). Outras fontes vem através de doações da população e da iniciativa privada e religiosa, porém poucas recebem ajuda do poder público. Com relação ao porte das instituições foram adotados os seguintes parâmetros: instituições com até 30 leitos são classificadas como pequeno porte, da amostra, apenas a ILP MAANAIN classifica-se como de pequeno porte. Já as instituições que tem de 31 a 70 leitos foram classificadas como de médio porte, estão nesta classificação as ILPs Vila Vicentina, Nosso Lar, Divina Misericórdia, AMEM e Fanuel. As ILPs de grande porte que possuem acima e 71 leitos, neste caso estão apenas a ASPAN e o Lar da Providência. No que diz respeito a população que reside nestas instituições, com exceção da Divina Misericórdia e MANAINN que são predominantemente feminina, todas as demais são mistas. Quanto a dinâmica de atendimento, verificou-se que as ILPIs apresentam funcionalidade semelhante entre elas, haja visto que os profissionais de saúde que prestam serviços as pessoas idosas residentes nessas instituições são geralmente técnicos e ou auxiliares de enfermagem, cuidadores, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e assistente social. Desses profissionais, alguns possuem vínculo empregatício com as instituições, outros são cedidos pelos órgãos públicos. Os técnicos na sua grande maioria são voluntários ou estão vinculados as Instituições de Ensino Superior que oferecem as ILPIs alguns serviços e em troca, recebem espaço para estágios curriculares, que em muitos casos são estágios de curta duração. Esse dado impede a não sistematização do atendimento, como também a ausência de efetivação no desenvolvimento de ações de saúde voltadas para a pessoa idosa, devido

a rotatividade e ao pouco tempo de permanência destes estagiários. No tocante a estrutura física, as ILPIs pesquisadas atendem em parte as exigências legais, conseguem manter-se dentro dos padrões mínimos exigidos por lei, sendo possível verificar, acessibilidade, farmácias adequadas para armazenamento e manuseio dos medicamentos, enfermarias equipadas para atendimentos de baixa complexidade, cozinha e dispensa limpas, organizadas e abastecidas, itens de segurança como piso antiderrapantes, barras de apoio nos corredores, nas áreas comuns e banheiros, corredores e portas largas para circulação das cadeiras de rodas, espaço adequado para praticas ecumênicas, bem como atividades diversas realizadas diariamente com o apoio de voluntários. Um ponto que merece destaque foi a higiene e organização verificados em todas as seis instituições, podendo ser classificadas como ambientes limpos, iluminados e ventilados. Outro aspecto observado diz respeito a humanização encontrada nestas ILPS, pois os profissionais que nelas atuam, sejam eles efetivos, contratados, estagiários ou voluntários, demonstram não só em palavras, mas nas atitudes do cotidiano um amor imenso ao que faz e tudo isso é confirmado pelo carinho retribuído dos idosos residentes para com eles. **Conclusão:** Portanto, podemos concluir que apesar de serem em sua maioria instituições privadas e filantrópicas, que pouco ou nada recebem do poder público, as ILPS pesquisadas buscam manter-se dentro das normas legais, apesar de todas as dificuldades encontradas. Porém, é nítido que se estas instituições também tivessem um maior apoio do poder público, a realidade seria diferente, uma melhor qualidade de vida poderia ser proporcionada as pessoas idosas residentes nestas instituições, uma vez que muitas ações não são realizadas por questões financeiras.

Palavras-chave: Caracterização, Pessoa idosa, Instituição de longa permanência

REFERENCIAS:

Brasil, Conselho Federal de Ordem dos Advogados - Relatório de Inspeção a Instituições de Longa Permanência para Idoso. Brasília: AdPeople Comunicação Ltda; 2008.

Paraíba; Ministério Público do Estado da Paraíba - Estatuto Idoso e Legislação Correlata. João Pessoa/PB - Editora: União;2012.

FORMIGA, R.I.D.M. **(Des.) Proteção da pessoa idosa em situação asilar a luz da seguridade social.** João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós Graduação em Serviço Social. 2010. (Dissertação de mestrado).